

RELATÓRIO DE GESTÃO 2025

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO GUANDU (CIM GUANDU)

O CIM Guandu é uma Associação Pública, de direito público que tem por **finalidade** implementar *políticas públicas comprometidas com o processo regional de gestão de recursos hídricos, do desenvolvimento socioeconômico, ambiental e de interesses comuns dos entes consorciados.*

A Associação Pública é **interfederativa**, formada por cinco municípios do Estado do Espírito Santo, sendo eles: Afonso Cláudio (reingresso em maio de 2025), Baixo Guandu, Brejetuba, Conceição do Castelo, Itaguaçu e Laranja da Terra, sendo sua área de abrangência o somatório do território dos municípios associados, conforme **Tabela 01**.

Municípios	Área (Km ²)	População (hab.)
Afonso Cláudio	941,188	30.684
Baixo Guandu	909,039	30.674
Brejetuba	354,404	12.985
Conceição do Castelo	369,778	11.937
Itaguaçu	535,021	13.589
Laranja da Terra	458,370	11.094
TOTAL	2.626,692	110.963

Tabela 01: Informações, área e população, dos municípios consorciados.

Dentre seus objetivos, a gestão associada de serviços públicos é o que resume, os quais podemos destacar os serviços de **Licenciamento Ambiental das atividades de impacto local, Apoio a Fiscalização Ambiental, Recuperação Ambiental, Conservação de Água e Solo**, entre outros.

A **identidade visual** do CIM Guandu vai de encontro aos seus objetivos, pois representa *água, solo, fauna e flora integrados e em harmonia. A logomarca representa o meio ambiente, em suas diferentes formas, em um cenário sustentável, onde existe equilíbrio e*



sintonia. O verde representa a flora; o amarelo, a fauna - com destaque para as aves, que atraem turistas de toda a parte, com foco no turismo de observação de aves, um grande potencial da região; o marron, o solo, representado pelas montanhas que fazem parte do relevo local; e o azul, que faz alusão à água e a integração da gestão de recursos hídricos com a gestão ambiental. O ícone completo reforça a razão de existir do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário Guandu (CIM Guandu).



CONCEITOS ESTRATÉGICOS

Missão: *“Articular e fomentar a integração das políticas públicas de forma participativa, visando o desenvolvimento regional sustentável e o fortalecimento da gestão ambiental.”*

Visão: *“Ser referência em gestão ambiental, associada em âmbito regional até 2026.”*

Valores: *Integração, Comprometimento, Persistência, Superação e Ética.*

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

O Consórcio está estruturado em **três níveis**, sendo:

- ✓ **1º Nível de Direção Superior:** formado pela **Assembleia Geral**, instância máxima deliberativa, formada pelos chefes dos poderes executivos dos entes consorciados, pelo **Conselho Fiscal**, responsável por exercer o controle da legalidade, legitimidade e economicidade da atividade patrimonial e financeira do Consórcio e pelas **Câmaras Técnicas**, neste caso a **Câmara Técnica de Licenciamento Ambiental Municipal (CTLAM)**.

- ✓ **2º Nível de Gerência e Assessoramento:** composto pela **Secretaria Executiva** vinculada à Presidência, responsável por permitir o pleno funcionamento das atividades administrativas e finalísticas (programas, projetos e ações) do Consórcio e pelos **Serviços de Assessoria e Consultoria**, sendo eles Assessoria Contábil, Assessoria Jurídica, Assessoria e Consultoria para Gestão de Contratos e Convênios e captação de recursos e Assessoria de Comunicação.
- ✓ **3º Nível de Execução Programática:** encontramos a equipe técnica e administrativa, multifuncional, subordinada à Secretaria Executiva, responsáveis por desenvolver políticas públicas por meio de programas, projetos e ações específicas de interesse comum a todos ou por parte dos entes consorciados. Este nível está formado pela **Gerência de Meio Ambiente (GEMA)** composta por um Coordenador de Geoprocessamento e Controle Ambiental e um Coordenador de Recursos Naturais, seis Analistas Ambientais I (nível superior), um Agente de Processos e um Assistente Administrativo; e pela **Gerência de Administração e Planejamento (GAPLAN)** composta por um Agente de Contratação, um Agente Administrativo e três Assistentes Administrativos.

ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL

Com o objetivo de aperfeiçoar a gestão associada de serviços, fortalecer a Gestão Ambiental Municipal e promover o diálogo sobre assuntos relevantes para a gestão associada, em 2025, a articulação por meio das seguintes ações:

- ✓ Apresentação do Instituto Cultural das Montanhas para articulação de parceria de conexão da temática cultural e artística à ambiental;
- ✓ Visita Institucional da equipe do IDAF¹ para fortalecimento da Cooperação Técnica;
- ✓ Reunião de Mobilização para o Encontro de Prefeitos e Prefeitas do Governo Federal promovida pela FENACONP²;

¹ Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo (IDAF).

² Federação Nacional de Consórcios Públicos.

- ✓ Apresentação dos serviços do Instituto de Gestão Territorial e Geotecnologias (IGTECH): Ordenamento Territorial para Cidades Inteligentes;
- ✓ Reunião de benchmarking com o Projeto "Águas de Ubá" e o PSA;
- ✓ Reunião sobre procedimentos administrativos para Consórcios Públicos com Robson Monteiro – Secretário Executivo do Consórcio Brasil Verde;
- ✓ Reunião com representantes da AMUNES³ sobre assuntos relevantes para o fortalecimento dos Consórcios Públicos no Espírito Santo;
- ✓ Visita Institucional do Diretor Presidente da AGERH;
- ✓ Articulação Institucional com o município de Itarana;
- ✓ Visita Institucional da Presidente da Câmara Municipal de Laranja da Terra (CMLT), Sandra Gomes;
- ✓ Visita Institucional ao Deputado Estadual Dary Pagung para apresentação do Portifólio do CIM GUANDU e de propostas de projetos para captação de recursos para investimentos nos municípios consorciados;
- ✓ Cerimônia em alusão ao Dia Mundial da Água, para Anúncio de Novos Investimentos na Área Ambiental;
- ✓ Reunião de Articulação Institucional ao Diretor Presidente e Diretor Técnico do IEMA⁴;
- ✓ Visita Institucional ao Deputado Estadual Messias Donato para apresentação do Portifólio do CIM GUANDU e de propostas de projetos para captação de recursos para investimento nos municípios consorciados;
- ✓ Visita Institucional ao Conselho Regional de Biologia 10 (CRBio-10);
- ✓ Reunião sobre Projeto de pesquisa de Segurança Hídrica na Bacia do Rio Guandu – LabGest/UFES;
- ✓ Apresentação da Usina Termomagnética de Decomposição de Resíduos Sólidos Urbanos de Pancas;
- ✓ Workshop do Portal da Transparência e avaliação PNTP – Projeta Tecnologia;

³ Associação dos municípios do Estado do Espírito Santo.

⁴ Instituto Estadual de Meio Ambiente.

- ✓ Socialização do resultado parcial do levantamento de preguiças no município de Afonso Cláudio com pesquisadores do Instituto Tamanduá, UFV⁵ e USP⁶
- ✓ Capacitação online sobre a fase de lances do Pregão Presencial no Sistema de Compras *Betha Cloud*;
- ✓ Café com Legislativo: Apresentação Institucional para os vereadores dos municípios consorciados;
- ✓ Participação no Programa “Homem do Campo” do STRAC⁷, transmitido pela Rádio Mais FM 88,5 sobre o Edital Ciclo 2025 do Programa Reflorestar; Licenciamento Ambiental Municipal; e CAR (Cadastro Ambiental Rural) e o papel do Consórcio para os municípios;
- ✓ Visita Institucional da Bióloga, Josilene Monteiro, do Estado do Amazonas;
- ✓ Apresentação Institucional do CIM Guandu na Tribuna Popular da Sessão Ordinária da Câmara de Vereadores de Afonso Cláudio;
- ✓ 7ª Conferência Municipal das Cidades do município de Afonso Cláudio;
- ✓ Reunião com o Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES);
- ✓ Curso “Planejamento de Licitações – DFD⁸, ETP⁹ e Mapa de Riscos”, ministrado por Lucas Salim do TCEES;
- ✓ Capacitação promovida pela Aliança Energia sobre Fontes alternativas de recursos;
- ✓ Cerimônia de Homenagem a Sebastião Salgado – Instituto Terra – Aimorés – MG;
- ✓ Visita Institucional ao CIM Potiguar – Natal – RN;
- ✓ Visita Institucional do Deputado Federal, Evair de Melo;
- ✓ Oficina Prática com base na Lei 14.133/2021, realizado no TCEES;
- ✓ Reunião com a Confederação Nacional dos Municípios (CNM): Propostas de aperfeiçoamento da Lei de Consórcios Públicos;

⁵ Universidade Federal de Viçosa – MG.

⁶ Universidade de São Paulo – SP.

⁷ Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Afonso Cláudio.

⁸ Documento de Formalização da Demanda.

⁹ Estudo Técnico Preliminar.

- ✓ Reunião sobre a cobrança pelo uso da água na Bacia Hidrográfica do Rio Guandu, promovida pelo CBH Guandu e conduzida pela AGERH;
- ✓ Participação da celebração de assinaturas de convênios e ordens de serviços com o Governador Renato Casagrande no município de Afonso Cláudio;
- ✓ Reunião com a Pró-Reitoria de Extensão da UFES para prospecção de parcerias para implantação do campus de Afonso Cláudio/ES;
- ✓ Curso Noções Gerais da Lei 14.133/2021 – ENFOC 2025, realizado pelo TCEES;
- ✓ Comemoração dos 27 anos da Agência do Sicoob de Afonso Cláudio.

Todas essas ações de Articulação Institucional oportunizaram a socialização entre os entes da federação municipal, estadual e federal, e outras instituições com atuação regional integrada a outras políticas públicas.

Em 2025 o Consórcio articulou institucionalmente com a SEGER/APEES/PRODEST para a transformação digital por meio do sistema E-docs – *Sistema de gestão de documentos arquivísticos eletrônicos e processos eletrônicos, que contempla os procedimentos de captura de documentos, tramitação de documentos avulsos, atuação de processos, despacho, tramitação, classificação, temporalidade, arquivamento e destinação final*. O processo de planejamento para uso do sistema oportunizou a revisão da estrutura organizacional (segregação de funções), dos procedimentos administrativos (fluxos e fluxogramas) e da gestão integrada. A utilização do E-docs contribuirá com a agilidade e eficiência; economicidade com a diminuição do uso de papel; e a transparência e segurança jurídica.

Além disso, a Articulação Institucional está atrelada a representação institucional nas **Instâncias Participativas**¹⁰ (IPs) – conselhos e comitês de bacia – e apresenta-se como uma excelente estratégia de fortalecimento das ações ambientais integradas.

¹⁰ Instâncias Participativas (IPs): formas diferenciadas de incorporação de cidadãos e associações da sociedade civil na deliberação sobre políticas (AVRITZER, 2008, p. 45).



Os Comitês são órgãos colegiados que compõem o Sistema Nacional de Gestão de Recursos Hídricos (SINGREH), em âmbito federal, e o Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos do Estado do Espírito Santo (SIGERH), em âmbito estadual, conforme a Lei Federal nº 9.433/97 e a Lei Estadual nº 10.179/2014, respectivamente.

Os Conselhos também são órgãos colegiados, de natureza deliberativa ou consultiva formados por diferentes atores da sociedade (governo, empresariado e sociedade civil) que lidam com temas relacionados ao meio ambiente e que integram a estrutura dos órgãos locais do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA), conforme artigo 6º da Lei nº. 6.938/1981, da Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA).

Representação e Representatividade: O Consórcio possui acento em Comitês de Bacia e Conselhos Municipais de Meio Ambiente no segmento Poder Público com o objetivo de fortalecer as discussões nesses espaços de decisão democrática, como:

- ✓ Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce (CBH DOCE), de abrangência interestadual, Minas Gerais e Espírito Santo, formado por membros dos comitês dos rios afluentes ao Rio Doce.
- ✓ Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Guandu (CBH GUANDU): O Consórcio é membro no segmento Poder Público e presta apoio às funções de Secretaria Executiva.
- ✓ Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Itapemirim (CBH ITAPEMIRIM): O Consórcio é membro no segmento Poder Público.
- ✓ Conselhos Municipais de Meio Ambiente e Saneamento Básico: O Consórcio possui acento com um conselheiro titular e um suplente, exceto dos municípios de Afonso Cláudio e Itaguaçu.

Vale destacar que a participação nos conselhos foi estimulada, especialmente, pela atuação do Consórcio como equipe técnica do Licenciamento Ambiental Municipal, pois o pleno funcionamento dos mesmos é prerrogativa para manutenção da habilitação dos municípios.

DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Buscando o aperfeiçoamento no atendimento aos entes consorciados, o CIM GUANDU promoveu ações de Formação Continuada aos empregados públicos, por meio da participação em cursos e similares, como segue:

- ✓ Curso sobre o Uso e aplicação da plataforma MapBiomas Brasil na gestão ambiental com doutorando da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Lucas Mendes;
- ✓ Palestra sobre Coleta Seletiva com Leandro, Presidente da Associação de Catadores: Afonso Cláudio Recicla;
- ✓ Curso de capacitação e aperfeiçoamento do sistema E-Docs, promovido pela Escola de Serviço Público do Espírito Santo (ESESP);
- ✓ Treinamento de Direção Defensiva para Veículos 4x4 Off-Road ministrado por Márcio Augusto Colodetti Corra – Técnico em Saúde e Segurança do Trabalho.

Os momentos formativos oferecidos pelo CIM Guandu, visam atualizar e aprofundar entendimentos técnicos dos empregados públicos, contribuindo para o desenvolvimento de competências individuais e institucionais, com o objetivo de aprimorar habilidades necessárias para uma gestão pública eficiente e inovadora. Ações relacionadas a saúde mental, segurança no trabalho e pertencimento institucional também foram desenvolvidas durante o ano de 2025, visando proporcionar um ambiente de trabalho saudável, acolhedor e harmonioso, como segue:

- ✓ Treinamento dos empregados públicos do CIM Guandu pela empresa Projeta para uso do aplicativo do Sistema Betha Pontual (Ponto online);
- ✓ Ações de endomarketing com os empregados públicos do CIM Guandu em alusão ao Janeiro Branco: Conscientização sobre a Saúde Mental e Emocional;
- ✓ Ações de endomarketing com os empregados públicos do CIM Guandu em alusão ao Fevereiro Roxo: Prevenção ao Alzheimer;
- ✓ Avaliações de Gestão de Desempenho;
- ✓ Comemoração ao Dia Internacional da Mulher;
- ✓ Reflexão da Campanha da Fraternidade 2025 com o Tema “Fraternidade e Ecologia Integral”;



- ✓ Participação na Missa da Ceia do Senhor e Lava Pés – Igreja Matriz – Paróquia São Sebastião – Afonso Cláudio;
- ✓ Apresentação Institucional e da Legislação Trabalhista para os empregados públicos admitidos;
- ✓ Momento de Ação de Graças com Pastor Erildo Mayer;
- ✓ Roda de conversa em alusão ao “Setembro Amarelo”;
- ✓ Roda de Conversa em comemoração aos 28 anos do CIM Guandu.

EQUIPE MULTIDISCIPLINAR

A equipe é multidisciplinar, composta por profissionais especializados em diversas áreas do conhecimento, como: Administração, Agronomia, Biologia, Engenharia Ambiental e Florestal, Técnico em Administração e em Meio Ambiente.

GESTÃO AMBIENTAL

Área que destacamos o Licenciamento Ambiental das atividades de impacto local, conforme a Resolução CONSEMA Nº001/2022, em que o Consórcio atua como equipe técnica dos municípios consorciados. Além do Apoio a Fiscalização Ambiental. Além disso atuamos com programas e projetos e recuperação ambiental e conservação de água e solo. A Gerência de Meio Ambiente, responsável pela atuação junto aos municípios, está dividida em Coordenação de Recursos Naturais e a Coordenação de Geoprocessamento e Controle Ambiental. As ações de Educação Ambiental são desenvolvidas por meio das atividades de ambas coordenações, além da participação em Conselhos de Meio Ambiente, as de extensão (atividades informativas e formativas).

Licenciamento e Controle Ambiental: instrumento administrativo e dinâmico que fortalece a Gestão Ambiental Municipal. O Consórcio é integrante do Sistema Municipal de Meio Ambiente e atua como órgão técnico dos municípios, de acordo com o fluxograma abaixo:

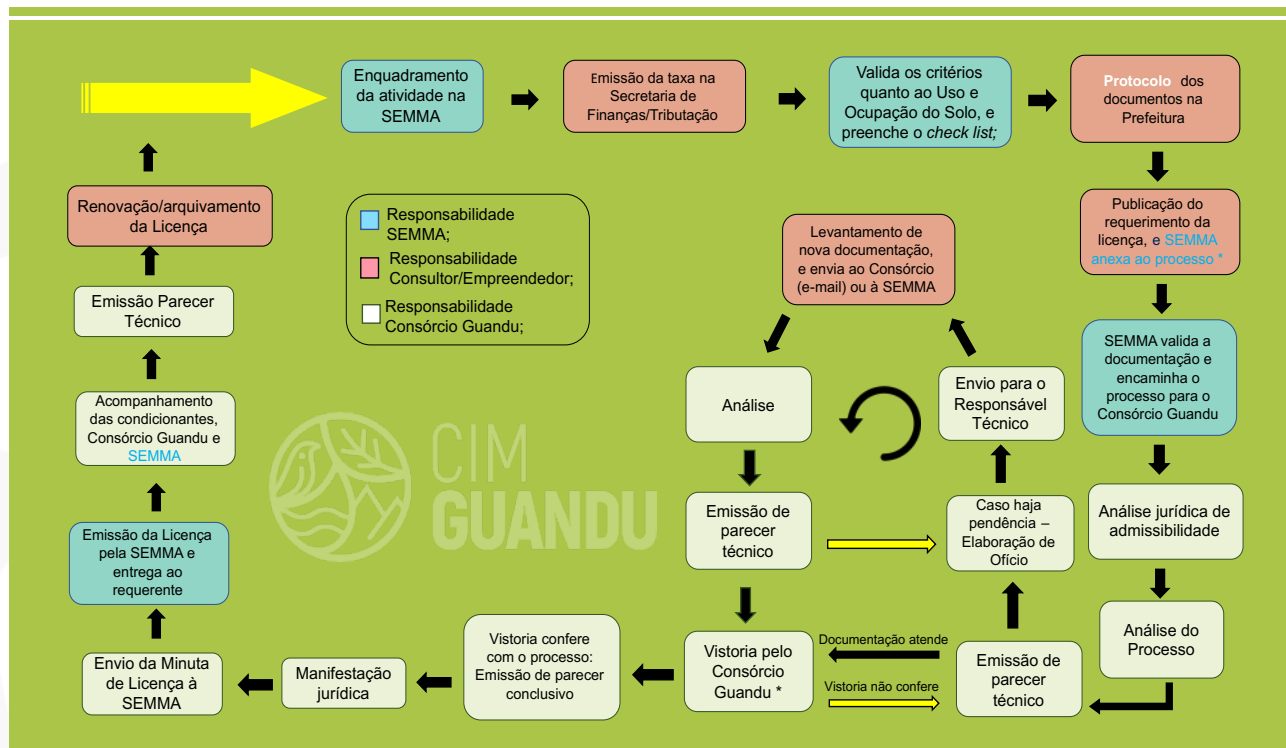


Figura 01: Modelo de Licenciamento Ambiental na modalidade consorciada.

A atuação técnica da equipe do CIM Guandu é de forma participativa e descentralizada, por meio da Câmara Técnica de Licenciamento Ambiental (CTLAM), um colegiado com atribuições normativas, deliberativas e consultivas, formado pelos representantes das secretarias municipais dos municípios consorciados.

A CTLAM reúne-se ordinariamente um vez a cada trimestre, ou extraordinariamente, conforme os seguintes objetivos:

- I. Promover a operacionalização do modelo de Licenciamento Ambiental consorciado;
- II. Apoiar a consolidação de Políticas Públicas que estimulem ações socioambientais nas áreas contempladas;
- III. Apoiar e promover a integração de órgãos e entidades regionais na Gestão Ambiental na área de atuação;
- IV. Apoiar o desenvolvimento e execução das ações de Comunicação Social para a difusão e fortalecimento da Gestão Ambiental Municipal.

Apoio à Fiscalização Ambiental: Embora o poder de polícia é do município, o Consórcio oferece apoio à Fiscalização Ambiental com intuito de contribuir para a atuação dos municípios na prevenção e minimização dos impactos ambientais, com os seguintes objetivos:

- ✓ Regularização ambiental dos empreendimentos não licenciados nos seis municípios consorciados;
- ✓ Acompanhamento do cumprimento de condicionantes em alguns dos empreendimentos licenciados;
- ✓ Vistorias e elaboração de relatórios em atendimento ao Ministério Público dos municípios conforme solicitado.

O Ministério Público do Estado do Espírito Santo (MPEES) de todos os municípios consorciados são sabedores da atuação do Consórcio como equipe técnica dos municípios. Dentre eles, o MPEES que responde pelos municípios de Brejetuba e Conceição do Castelo, o diálogo é frequente e a parceria resultou em participação de reuniões e elaboração de relatórios referente a procedimentos administrativos referentes a ambos os municípios. Em 2025, foi realizada reunião de apresentação ao MPEES de Afonso Cláudio.

A condução dos trabalhos do Licenciamento Ambiental na modalidade consorciada, bem como o Apoio à Fiscalização ocorre por meio das vistorias de requerimento de licença; reuniões orientativas com os municípios, empreendedores, consultores ambientais.

Os processos de requerimento de licença e ações de apoio à fiscalização, geram relatórios, pareceres técnicos, manifestações jurídicas e técnicas, ofícios, minutas de licença, bem como informações referentes à espacialização desses dados e valores arrecadados pelos municípios, que proporcionam a geração de dados, que contribuem com a gestão não somente ambiental, mas do desenvolvimento e ordenamento territorial.

Na **Tabela 02** as atividades foram contabilizadas por município, de acordo com atendimentos específicos, bem como as atividades coletivas, como as reuniões da CTLAM e atividades interativas, formativas e informativas.

Atividades por município	Municípios						
	Afonso Cláudio	Brejetuba	Baixo Guandu	Conceição do Castelo	Itaguaçu	Laranja da Terra	TOTAL
Vistórias de Requerimento de Licença	11	39	43	16	24		141
Vistórias de Apoio à Fiscalização	0	33	15	12	13	5	69
Reuniões de Orientação técnica/procedimental	7	10	7	12	13	11	60
Reunião de Conselhos de Meio Ambiente	1	1	0	2	0	1	5
TOTAL/MUN.	19	83	56	42	50	25	275
Ações coletivas	Reuniões da CTLAM						
	Reuniões/ Visitas/ Acompanhamentos diversos						34
	Participação/ Promoção de Formações						14
TOTAL GERAL							379

Tabela 02: Atividades desenvolvidas por município e coletivas em 2025.

Os números apresentados são oriundos de demandas de cada município, ou seja, as ações individuais, conforme as necessidades e especificidades dos mesmos, por isso a variação entre eles. Já as atividades coletivas são aquelas que abrangem todos, pois são de necessárias para a atuação e condução das ações por todos.

O comportamento dos municípios quanto aos processos de requerimento de licença estão expressos na **Tabela 03**, em que a diferença entre o número de processos e de licenças emitidas, e a quantidade de pareceres e ofícios emitidos, esses dados demonstram o ciclo vicioso gerado por processos com pendências, bem como a apresentação de estudos e projetos deficientes, em sua maioria relacionada a qualidade da consultoria ambiental.

Acompanhamento do Licenciamento Ambiental Junto aos Municípios Consorciados.

Municípios	Início do Licenciamento	Nº de Processos		Licenças		Protocolos GEMA*	Pareceres Técnicos*	Ofícios Gestão Ambiental*
		Totais	Tramitando	Emitidas	Válidas			
Afonso Cláudio	jun./2025	39	39	6	9	21	17	59
Baixo Guandu	jun./2018	266	207	200	155	423	322	386
Brejetuba	jul./2018	288	224	237	182	112	328	330
Conceição do Castelo	set./2018	279	228	203	151	237	310	391
Itaguaçu	jan./2019	208	183	147	129	248	267	305
Laranja da Terra	dez./2018	102	89	49	45	237	166	247
TOTAIS		1.182	970	842	671	1.278	1.410	1.718

Dados referentes aos processos entregues ao Consórcio até 31/12/2025. *Protocolos, Pareceres e Ofícios (2023 a 2025).

Tabela 03: Comportamento dos processos de requerimento de licença dos municípios consorciados.

Parte do desempenho do Licenciamento pode ser evidenciado na **Tabela 04**, como a arrecadação com as taxas de licenciamento, a economicidade das taxas com o licenciamento das obras públicas (Os valores para cálculo da economicidade são baseados nos valores praticados pelos órgãos estaduais.), e as taxas não arrecadadas pelos Microempreendedores Individuais (MEI), pois são isentos. Esses dados quando observados e discutidos podem representar indicadores de desenvolvimento socioeconômico e ambiental. Os recursos arrecadados com as taxas devem ser enviados ao Fundo Municipal de Meio Ambiente que é gerido pelo Conselho Municipal de Meio Ambiente e esses valores podem ser investidos em ações deliberadas pelo Conselho. Vale ressaltar que esses recursos alavancados pelo Licenciamento Ambiental antes da municipalização do Licenciamento eram arrecadados pelo Estado, por meio dos órgãos licenciadores estaduais, IEMA e IDAF. Desta forma, a municipalização do Licenciamento também é uma oportunidade de captação de recursos para fortalecer a Gestão Ambiental Municipal.

Acompanhamento das Taxas Arrecadadas pelos Municípios Consorciados.

Municípios	Início do Licenciamento	Arrecadação de Taxas	Economicidade Pública	Isenções	
				MEI's	Lei de Taxas C.C.
Afonso Cláudio	jun./2025	R\$ 12.203,77	R\$ 2.249,03	R\$ 0,00	
Baixo Guandu	jun./2018	R\$ 297.071,06	R\$ 6.237,22	R\$ 37.110,85	
Brejetuba	jul./2018	R\$ 233.438,02	R\$ 3.460,88	R\$ 3.330,25	
Conceição do Castelo	set./2018	R\$ 230.784,89	R\$ 5.971,30	R\$ 69.430,24	R\$ 11.560,06
Itaguaçu	jan./2019	R\$ 194.908,00	R\$ 14.171,87	R\$ 3.344,73	
Laranja da Terra	dez./2018	R\$ 73.418,19	R\$ 19.087,80	R\$ 42.760,90	
TOTAIS		R\$ 1.041.823,93	R\$ 51.178,09	R\$ 155.976,97	R\$ 11.560,06

Dados referentes aos processos entregues ao Consórcio até 31/12/2025.

Tabela 04: Acompanhamento das Taxas arrecadadas pelos municípios consorciados. Dados referentes aos processos entregues para o Consórcio até 30/12/2025.

Das atividades consideradas de impacto local, no **Gráfico 01**, podemos ver àquelas que são preponderantes na região de atuação do Consórcio.

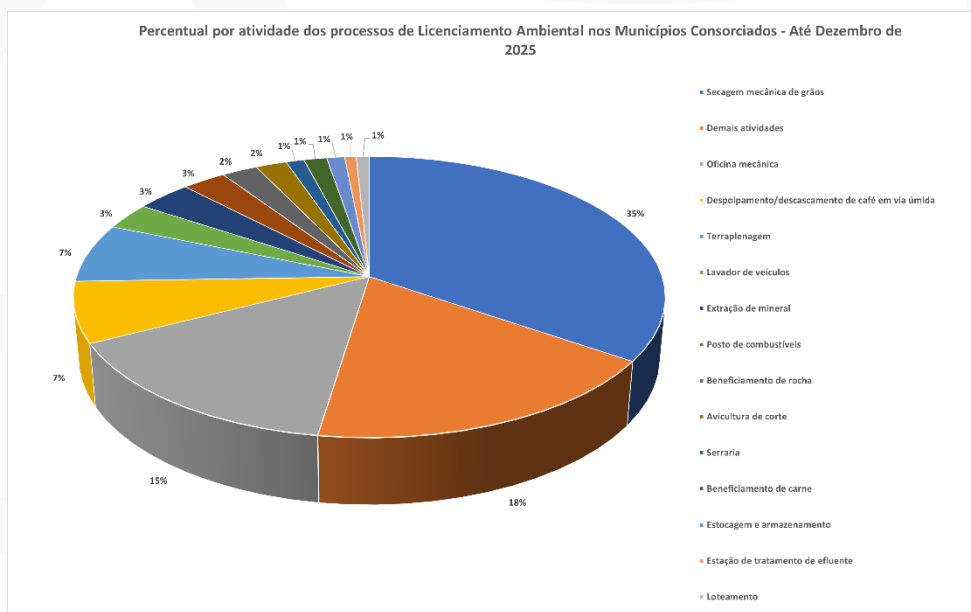
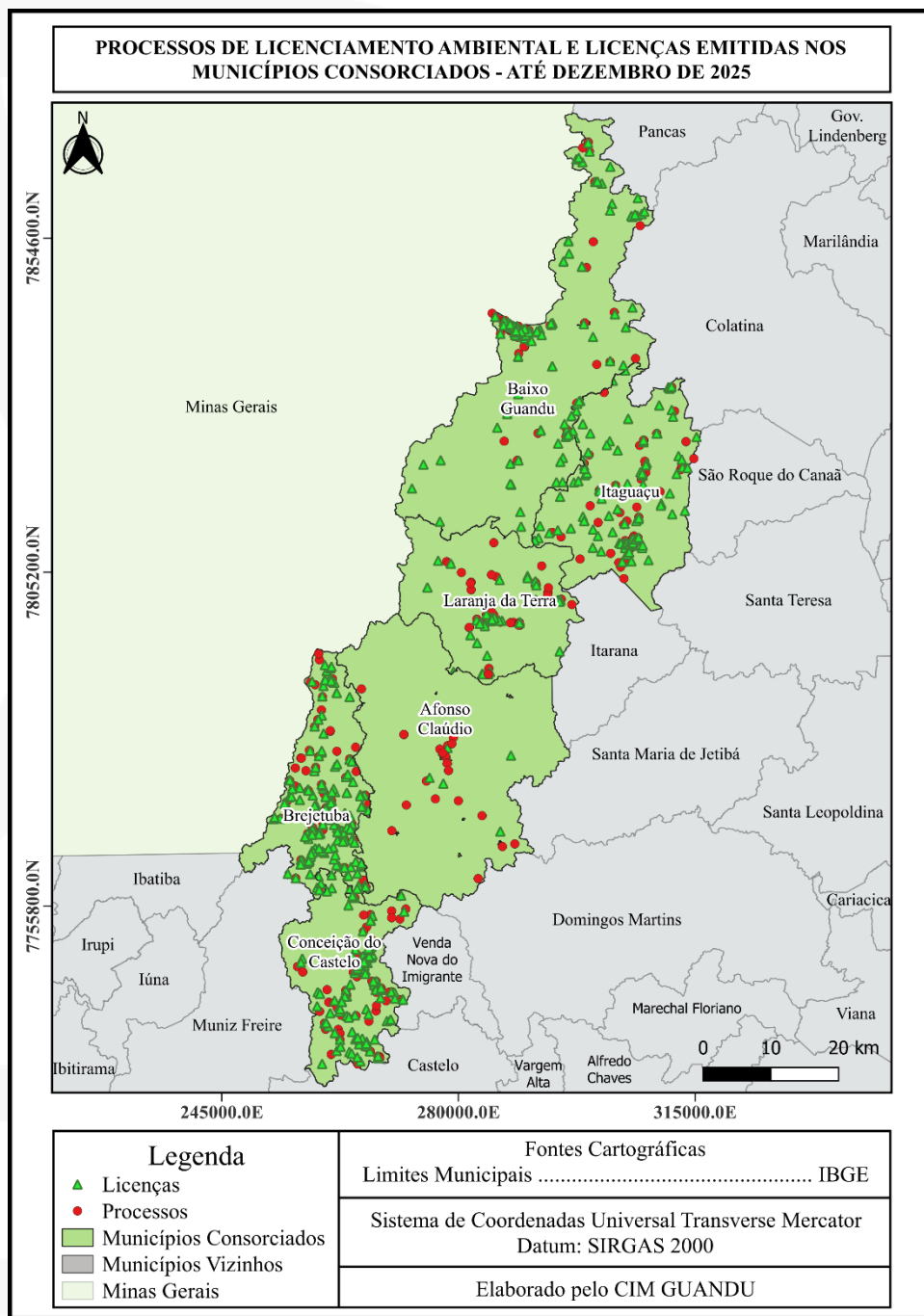


Gráfico 01: Atividades de impacto local preponderantes na regularização nos municípios consorciados.

Essas atividades estão distribuídas no **Mapa 01** onde podemos observar a espacialização das licenças emitidas e os processos de requerimento de licença em andamento.



Mapa 01: Espacialização das licenças e emitidas e processos de requerimento de licença em andamento.

No exercício de 2025, podemos destacar outras atividades desenvolvidas no âmbito do Licenciamento e apoio à Fiscalização Ambiental:

- ✓ Curso de Atividades Minerárias e o Licenciamento Ambiental, ministrado por Yolacir Carlos Souza Santos, Servidor Público da ANM;
- ✓ Visita Técnica ao Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí – CIMVI¹¹ – Timbó – SC;
- ✓ Reunião de articulação com a UFES¹² para elaboração do EAM¹³ para regulamentação da APP¹⁴ Urbana nos municípios consorciados;
- ✓ Reunião com setor de Áreas Contaminadas do Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (IEMA);
- ✓ 1ª Reunião Extraordinária conjunta do CONDEMAS¹⁵ e do CMDR¹⁶ – Conceição do Castelo – ES.
- ✓ Papo Aberto: Capacitação para OSCS e Conselhos Municipais, promovido pela Aliança energia;
- ✓ Reunião com equipe técnica do IEMA referente à análise e procedimentos para emissão de Autorização de Manejo de Fauna Silvestre;
- ✓ Participação, a convite, no I Encontro de Gestores Ambientais Municipais do Rio Grande do Norte para compor a mesa de discussão com o tema “**Licenciamento Ambiental por meio de Consórcios Públicos**”, promovido pelo IDEMA – Natal – RN;
- ✓ Encontro de Fortalecimento da Municipalização do Licenciamento Ambiental, Dirigido Por Maria Aparecida Sodré Dias, Coordenadora De Gestão, Inovação, Projetos Especiais e Melhorias de Processos do IEMA;
- ✓ Apresentação das Atividades de Gestão Ambiental do CIM Guandu na Reunião COMDEMAS¹⁷ – Sala de Reuniões da Prefeitura de Afonso Cláudio.

¹¹ Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí.

¹² Universidade Federal do Espírito Santo.

¹³ Estudo Ambiental Municipal.

¹⁴ Área de Preservação Permanente.

¹⁵ Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente e Saneamento Básico.

¹⁶ Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural.

¹⁷ Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente e Saneamento Básico.



Considerando que em 2025 marcou o início da Gestão Municipal 2025-2028 foram realizadas reuniões de partida com os municípios em que houve mudança de gestor e automaticamente da equipe da Secretaria de Meio Ambiente. Neste caso, os municípios de Laranja da Terra e Itaguaçu. Da mesma forma foi realizada reunião de alinhamento com o município de Afonso Cláudio na ocasião do seu reingresso, uma vez que o município já licenciava de forma independente.

Outro destaque, são as reuniões de Apresentação dos resultados do Licenciamento Ambiental na modalidade consorciada para o Fortalecimento da Gestão Ambiental Municipal que ocorreu em todos os municípios marcando o 7º ano de atuação do Consórcio como equipe técnica dos consorciados.

O Licenciamento como instrumento de Gestão Ambiental suscita outras políticas necessárias para seu fortalecimento, desta forma, vem buscando oportunidade de captação de recursos para atuação na gestão de resíduos sólidos nos municípios consorciados, especialmente, no que diz respeito a coleta seletiva. Nesse sentido foi elaborado o Projeto Recicla Mais, para compor o banco de projetos do Consórcio a ser submetido na oportunidade de Editais que contemple a pauta e destinado a Consórcios Públicos.

A Educação Ambiental não formal é realizada com empreendedores, consultores e produtores rurais atendidos pelo Consórcio. Mas, há o atendimento também de pedidos de instituições sociais e de ensino, que são atendidos conforme planejado com dirigentes e equipe docente. O Consórcio também contribui nos espaços de discussão e elaboração de planos, programas e políticas de Educação Ambiental, a exemplo do Grupo de Educação Ambiental de Baixo Guandu que culminou em 2025 na aprovação do Plano de Municipal de Educação Ambiental.

GESTÃO DE RECURSOS NATURAIS – PLANEJAMENTO, EXECUÇÃO E MONITORAMENTO DE PROGRAMAS E PROJETOS

Área responsável pelos programas e projetos com foco na recuperação ambiental, na conservação de água e solo e no Saneamento Rural. O Consórcio atua nas fases de

planejamento, acompanhamento e fiscalização da execução, e monitoramento, dos programas e projetos. Em 2025 o panorama geral das atividades está expresso na **Tabela 05**:

Atividades por município	Municípios							
	Afonso Cláudio	Brejetuba	Baixo Guandu	Conceição do Castelo	Itaguaçu	Laranja da Terra	TOTAL	
Visitas Técnicas	2	12	1	2	0	11	28	
Mobilizações Reflorestar	2	2	1	1	1	1	08	
Monitoramentos (Cultivar, Biodigestor Reflorestar)	11	3	1	12	0	9	36	
Palestras ministradas	2	0	0	0	0	0	2	
Retificação de CAE	0	0	0	0	2	0	02	
Total/mun.	17	17	03	15	03	21	76	
Ações coletivas	Participação em Eventos e Formações							12
	Reuniões da UGP Cultivar e Rio Vivo							06
	Reuniões/ Acompanhamentos diversos							13
	Total							31
TOTAL GERAL							107	

Tabela 05: Atividades e ações desenvolvidas pela Gerência de Recursos Naturais.

Programa Reflorestar: Atuação como consultor do Bandes, no monitoramento e na elaboração de projetos técnicos no âmbito do Programa, que tem como objetivo o aumento da cobertura florestal do Espírito Santo.

Em abril de 2025 foi lançado novo Edital – Ciclo de 2025, com novas áreas elegíveis e manutenção das propriedades atendidas pelo Projeto Cultivar do Consórcio. Conforme Edital, o período de entrega dos contratos assinados vai até fevereiro de 2026 ou até atingir o limite de 700 projetos no Estado. Desta forma, em 2025, o Consórcio promoveu mobilização na região das áreas elegíveis nos seis municípios consorciados.

Considerando a atuação consultor do Bandes, no monitoramento e na elaboração de projetos técnicos no âmbito do Programa Reflorestar, hoje o Consórcio possui projetos distribuídos conforme a **Tabela 06**:

Municípios	Mon.	Vis. Fr.	Vig.	Novos	Conc.	Ass.	Resc.	Elabor.	ARTs	CNDs
Afonso Cláudio	11	1	6	0	8	0	2	1	2	1
Baixo Guandu	0	0	0	6	0	5	0	0	4	0
Brejetuba	1	1	4	0	1	0	0	0	0	2
Conceição do Castelo	12	1	0	2	2	2	0	0	4	1
Laranja da Terra	0	0	1	2	0	4	0	0	2	0
Total	24	3	19	10	11	11	2	1	12	4

Tabela 06: Resumo dos projetos no âmbito do Programa Reflorestar geridos pelo Consórcio em 2025.

O valor recebido pelo Consórcio como Consultor BANDES no ano de 2025 foi de **R\$ 27.935,70** (vinte e sete mil, novecentos e trinta e cinco reais e setenta centavos) e os valores referente ao Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) pago aos produtores beneficiários totalizaram **R\$ 50.377,51** (cinquenta mil, trezentos e setenta e sete reais e cinquenta e um centavos).

A atuação como Consultor Bandes do Programa oportunizou e estimulou a participação do Consórcio nas atividades a seguir:

- ✓ Lançamento do Edital do Programa Reflorestar Ciclo 2025 – Fazenda Oriente – Atílio Vivacqua – ES;
- ✓ Capacitação em Elaboração de Projetos de Intervenções Físicas do Programa Reflorestar – Fazenda Oriente – Atílio Vivacqua – ES;
- ✓ Reunião de apresentação da nova ferramenta do Portal Reflorestar para elaboração de projetos técnicos de intervenções físicas, realizada pela equipe da SEAMA;

- ✓ Painel “Cenário capixaba de políticas públicas para o desenvolvimento da cadeia produtiva de madeira” e Cerimônia de Lançamento do Selo Economia Circular SEAMA¹⁸, no evento Espírito Madeira 2025 – Venda Nova do Imigrante – ES.
- ✓ Painel “Floresta em Pé e Lucrativa: Cenário Brasileiro de Crédito de Carbono e Plano de Descarbonização do Governo do Espírito Santo”, no evento Espírito Madeira 2025 – Venda Nova do Imigrante – ES;
- ✓ Seminário do “Projeto Arranjos Produtivos”, parceria da Assembleia Legislativa e do Governo do Estado – Conceição do Castelo – ES.
- ✓ Reunião sobre Crédito de Carbono em propriedades rurais, promovida pelo Projeto Arranjos Produtivos – Conceição do Castelo – ES;
- ✓ Evento de Mobilização para o Plano de Recuperação da Vegetação Nativa do Estado
- ✓ Cerimônia de Premiação do Biguá Região Sul – Cachoeiro de Itapemirim – ES.
- ✓ Reunião com o WWF sobre a atuação do CIM Guandu como executor do Projeto Cultivar e consultor BANDES no âmbito do Programa Reflorestar.

Projeto Cultivar: Executado com recurso repassado por meio do Convênio Plataforma Mais Brasil Nº 935870/2022, entre a União, por intermédio do Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR) e o CIM Guandu. Vale ressaltar, que o município de Afonso Cláudio retornou em maio de 2025, ao Consórcio, fase de execução do recurso, e não foi contemplado pelo Projeto Cultivar. Por isso apenas os municípios de Baixo Guandu, Brejetuba, Conceição do Castelo, Itaguaçu e Laranja da Terra, foram contemplados. Em março de 2025 foram realizadas cerimônias de Ordem de Serviço nos cinco municípios, na oportunidade, os beneficiários receberam a cópia dos Projetos Individuais de Propriedade (PIPs).

A execução iniciou em abril de 2025, com previsão de conclusão das práticas mecânicas e vegetativas até janeiro de 2026. Em dezembro de 2025, as práticas mecânicas foram concluídas nos municípios de Baixo Guandu, Conceição do Castelo, Brejetuba, iniciou-se em Itaguaçu e em seguida as máquinas seguirão para Laranja da Terra. Quanto às práticas

¹⁸ Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos.

vegetativas, estão sendo finalizados os cercamentos, iniciou-se a calagem e em seguida será feito o plantio.

Durante a execução das atividades, três beneficiários desistiram dos projetos nos Municípios de Baixo Guandu, Brejetuba e Conceição do Castelo, ficando um **total de 62 beneficiários** ao final. Em Laranja da Terra temos o acréscimo de R\$ 11.616,00, devido à desistência de Baixo Guandu, onde foi possível ampliar a ação de cercamento em uma propriedade que possui estágio avançado de degradação.

Na **Tabela 07**, segue atualização do quantitativo de produtores e propriedades.

Municípios	Propriedades	Produtores Rurais	Dispensas emitidas	Valores a serem investidos (R\$)	Capacidade de infiltração de água (L)
Baixo Guandu	05	05	05	153.718,44	8.185.985
Brejetuba	10	10	10	164.171,64	7.084.425,75
Conceição do Castelo	14	14	14	257.724,67	12.259.028,95
Itaguaçu	20	20	18	288.348,15	20.276.150
Laranja da Terra	14	13	14	197.334,09	12.111.800
TOTAL	66	65	62	1.061.296,99	59.917.390

Tabela 07 - Quantitativo geral, por município.

O Projeto foi selecionado para Apresentação do Relato de experiência da implantação do Projeto Cultivar na Bacia do Rio Guandu durante o 26º ENCOB que aconteceu em Vitória – ES. E, conquistou o **1º lugar no Prêmio Biguá de Sustentabilidade** – Região Sul e 2º lugar no Estado, na categoria Poder Público, pelas ações desenvolvidas no município de Conceição do Castelo, promovido pela Rede Gazeta.

Considerando que o Projeto Cultivar teve sua concepção no âmbito do Programa Produtor de Água (PPA) da Agência Nacional de Águas (ANA), desta forma o Consórcio participou da Reunião do PPA-ANA¹⁹ para atualização dos dados Ciclo 2025.

Em apoio ao Projeto Cultivar, foi assinado em dezembro o Contrato de Patrocínio com o Sicoob de Itaguaçu no valor de R\$8.190,00 (oito mil cento e noventa reais) para aquisição

¹⁹ Programa Produtor de Água da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico.

de pluviômetros personalizados e camisas de proteção Ultra Violeta (UV) para os beneficiários do Projeto Cultivar no município de Itaguaçu, conforme **Tabela 08**.



 ORÇAMENTO 			
APOIO AO PROJETO CULTIVAR			
Itens	Quantid.	Valor cotado	Valor dos itens
Aquisição de pluviômetros personalizados	20	R\$ 30,00	R\$ 600,00
Aquisição de camisas personalizadas com proteção Ultravioleta (UV)	100	R\$ 75,90	R\$ 7.590,00
VALOR TOTAL*			R\$ 8.190,00

Tabela 08 – Detalhamento do orçamento para utilização do recurso Sicoob em Itaguaçu.

A instalação de Biodigestores, iniciativa voltada para o eixo de Saneamento Rural, integrando as ações do Projeto Cultivar, no ano de 2025 não instalou novos equipamentos. No entanto foi feita a articulação para captação de novos recursos e realizado o monitoramento dos instalados.

Em Laranja da Terra, as sete unidades instaladas em propriedades rurais estratégicas (beneficiárias do Projeto Cultivar), foram financiadas com recursos de multas pecuniárias da Comarca local. Já em Baixo Guandu (Vila Nova do Bananal), os três equipamentos biodigestores foram financiados em parceria com a Agência Sicoob do município.

No monitoramento, foram identificados mau uso por parte de três beneficiários de Laranja da Terra, sendo que um recebeu notificação para regularização sob pena de recolhimento do equipamento, enquanto que àqueles instalados em Baixo Guandu foram encontrados em pleno funcionamento.

As ações de 2025 subsidiarão a captação de recursos para ampliação da ação de Saneamento Rural que impacta a qualidade da água, promovendo a melhoria na qualidade de vida, bem como na disponibilidade hídrica.

A Gestão de Recursos Naturais oportunizou a participação de outras atividades que conversam com esta área como:

- ✓ Participação nas reuniões e na consulta pública para a criação de Unidade de Conservação no maciço rochoso de Cinco Pontões, nos municípios de Itaguaçu e Laranja da Terra;
- ✓ Seminário Água na Medida: Inovação e eficiência no uso de água na irrigação;
- ✓ Mesa redonda com os alunos da CEEMTI²⁰ Afonso Cláudio sobre "Uso de Agrotóxicos";
- ✓ Participação no Grupo de Trabalho 02 – Negócios e Biodiversidade no Contexto das Mudanças Climáticas, no Evento Sustentabilidade Brasil;
- ✓ Acompanhamento da soltura de aves no Viveiro autorizado pelo IBAMA²¹ – Propriedade do Sr. Jonas Bragatto;
- ✓ Visita Técnica para conhecimento do projeto PROBACIAS, desenvolvido pela AGERH juntamente com o município de Vargem Alta;
- ✓ Participação na Passarinhada durante a RURALTURES 2025 – Venda Nova do Imigrante – ES;
- ✓ Participação no 26º ENCOB²² e Feira das Águas – Vitória – ES.
- ✓ Reunião do Projeto Água na Medida promovido pela Agerh²³ com entrega dos produtos finais e do aplicativo “Calculadora de Manejo” – Laranja da Terra – ES.

E, pode contribuir com atividades de Educação Ambiental por meio das seguintes atividades:

- ✓ Palestra com o tema “Tecnologias que transformam o Campo” na EMEFCM²⁴ José Jorge Haddad, para as atividades do Programa Agrinho;
- ✓ Visita dos alunos do Ensino Médio da Escola Viva, como parte da disciplina Eletiva de Biologia Inovadora: Escrevendo o Amanhã;
- ✓ Visita da equipe pedagógica da Escola Augusta Lamas D’ávila à Sede do Consórcio: abordagem de conceitos para Educação Ambiental;

²⁰ Escola Estadual de Ensino Médio em Tempo Integral Afonso Cláudio.

²¹ Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.

²² Encontro Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas.

²³ Agência Estadual de Recursos Hídricos.

²⁴ Escola Municipal de Ensino Fundamental Cívico-Militar.

- ✓ Apresentação e exposição dos quadros do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Guandu (CBH Guandu), na Escola Augusta Lamas D'ávila;
- ✓ Bate-Papo sobre Cadastro Ambiental Rural (CAR) e Licenciamento Ambiental no Encontro de Produtores Rurais – Baixo Guandu – ES.

Com a finalidade de automatizar os serviços prestados pelo Consórcio para maior eficiência, agilidade e transparência, o CIM Guandu celebrou junto à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEAMA), o Convênio SEAMA N°003/2024, bem como seu 1º Termo Aditivo ao Convênio nº 0003/2024, no valor total de **R\$1.001.792,00** para a aquisição de um software de Licenciamento Ambiental, equipamentos e materiais permanentes, como computadores de ponta, drones, GPS, tablets, projetor, caixas de som, veículos (tipo caminhonete e veículo de passeio), entre outros itens que contribuem para a qualidade dos serviços prestados.

O software de Licenciamento Ambiental está em processo de implantação, com previsão de conclusão em janeiro de 2026 para início da utilização pelos municípios em fevereiro de 2026, por, no mínimo de 17 meses.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando a finalidade e os conceitos estratégicos do Consórcio, bem como o desenvolvimento das ações em 2025, podemos considerar que a gestão associada de serviços públicos corrobora com a cooperação Institucional; o investimento e infraestrutura; a integração e fortalecimento; o ganho de escala; a gestão descentralizada e compartilhada; o Desenvolvimento Regional Sustentável; um instrumento de ação colaborativa; a Economicidade e eficiência; a Geração de Emprego; e a Melhoria da Qualidade de Vida.

**ANA PAULA ALVES BISSOLI
SECRETÁRIA EXECUTIVA**